

Hispanismo e Sebastianismo em três textos dos anos 20 de António Sardinha (1887-1925)

Hispanism and Sebastianism in three texts from the 1920s by António Sardinha (1887-1925)

*A. Paulo Dias Oliveira*¹

Esta pequena investigação pretende clarificar alguns textos que António Sardinha escreveu no início dos anos 20 do século XX e que têm como principal temática o hispanismo e o messianismo. Nessa ordem de ideias, após a sua estadia por terras de Espanha, o autor desenvolveu uma doutrina de união peninsular em contraponto ao iberismo do séc. XIX, e que foi exposto nas páginas da *Nação Portuguesa*, sendo, posteriormente, reunidos em volume. Nessa aportação o Brasil aparece como o líder, quase incontestado, desse mundo hispânico.

António Sardinha, Hispanismo, Messianismo, Brasil

This small research aims to clarify some texts that António Sardinha wrote in the early twenties of the twentieth century and which have as their main theme Hispanism and messianism. In this vein, after his stay in Spain, the author developed a doctrine of peninsular union in counterpoint to the Iberianism of the nineteenth century, and that was exposed in the pages of *Nação Portuguesa*, and later, gathered in volume. In this contribution Brazil appears as the leader, almost unchallenged, of this Hispanic world.

António Sardinha, Hispanism, Messianism, Brazil

Introdução

Gostava de iniciar esta singela investigação retomando o texto que elaborei sobre o *Romance da Pedra do Reino...* de Ariano Suassuna. No apartado que chamo agora a cotejo, Samuel começa por explicar a Quadrena que o sebastianismo não é assunto exclusivamente português nem brasileiro, porque “transcende os limites puramente individuais e nacionais para ser um Mito humano: o do homem sempre desejoso de se transcender, alçando-se,

¹ Licenciado em Filosofia pela UCP, Mestre em História Cultural e Política pela FCSH_NOVA, Doutoramento em História Contemporânea pela UALG. Professor Auxiliar do Departamento de Artes e Humanidades na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, docente do Curso de Património Cultural e do Mestrado em História e Patrimónios e do Doutoramento em Estudos de Património. Membro do CHAM (Centro de Humanidades), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores e IFLB (Instituto de Filosofia Luso-Brasileira).

pela Aventura, pelo delírio, pelo risco, pela grandeza, pelo martírio, até ao Divino!” (SUASSUNA, 2005, p. 214).

No que se refere ao tema sebástico, só duas personagens portuguesas teriam o direito de aí figurar, Henrique, Duque de Viseu, e Sebastião I, Sardinha chama-lhe “o último cruzado” (SARDINHA, 1943a, p. 155; SARDINHA, 1922a, pp. 150-158), o mareante e o marcial ou a cavalaria terrestre e a do mar, distinguidos pelo estímulo da Utopia e pelo ignoto de que o Brasil foi o produto. A estes adicionaria Duarte Coelho, Senhor de Pernambuco, casado com uma filha de Afonso de Albuquerque, a sua descendência corporizada nos dois filhos, já nascidos em Olinda, que estiveram presentes na Batalha de Alcácer Quibir, dos quais o mais velho, Duarte de Albuquerque Coelho foi, com o próprio Sebastião I, o símbolo do sebastianismo nordestino. É, precisamente, a gesta dos dois irmãos, Duarte e Jorge, que é narrada, de modo heróico e grandioso, em terras africanas na companhia do “Encoberto”, é de todo sintomático que Wandernes termine o relato de joelhos, persignando-se (SUASSUNA, 2005, p. 230). Tudo isso vai produzir como desfecho que só a língua portuguesa possa dar origem ao “Génio Máximo da Humanidade”.

Num outro excerto desse mesmo texto e no âmbito da discussão ideológica entre Arésio Garcia-Barretto e Adalberto Coura, fala-se que Ferreira Quadrena, com o préstimo do irmão, tinha chegado a gizar um uniforme, “camisa azul com uma Onça de Ouro, malhada de pingos negros e vermelhos”, a propósito dessa iniciativa Coura, quase a ecoar Aquilino Ribeiro em o *Arcanjo Negro* (OLIVEIRA, 2012, pp. 249-250), objecta que lhe soa a fascismo italiano, Integralismo português e falange Espanhola (SUASSUNA, 2005, p. 627). No entanto, em função disso Pedro Dinis Ferreira Quadrena protesta, “deixem-me sonhar, desde agora, com uma das maiores Nações do mundo, pegando do México à Patagónia! E quem sabe se daqui a muitos anos a Etiópia, a Angola, a África, a Índia, Portugal e a Espanha não vão querer se juntar a nós, realizando, no Mundo, o sonho da Rainha do Meio-Dia?” (SUASSUNA, 2005, p. 627).

Este fragmento remete-nos, de forma direta, para algumas das produções da lavra de António Sardinha, desde logo, quando defende, no discurso de comemoração da “Festa da Raça”, em Badajoz a 12 de Outubro de 1924, a diferença entre o mundo protestante, alicerçado à volta do conceito de indivíduo e o espaço ibérico congado em torno da doutrina da pessoa, este derradeiro consubstanciado na unidade peninsular e no império do sul do Atlântico – a União Hispano-Americana, a verdadeira imagem do Quinto Império.

Indivíduo e Pessoa. A Teoria do Município

Ora bem, é esse um dos assuntos essenciais do texto “Madre-Hispânia” (SARDINHA, 1925, pp. 97-122; SARDINHA, 1943b, pp. 181-245) e que marca, de forma indelével, o Hispanismo de Sardinha. De facto, o monfortense faz uma clivagem entre indivíduo e pessoa e, de modo artificial, embora evocando a influência tomista (de Jacques Maritain, mais seguramente), criva os povos do norte de indivíduos e os hispânicos de pessoas, os primeiros porque a Ética do Norte (leia-se Reforma) impunha o individualismo religioso e político e, dessa feição, atomizava-os. Deve-se acentuar que o anti-protestantismo era uma das suas facetas mais nítidas, esse, entre outros motivos, levou à exaltação da função da Inquisição em *O Valor da Raça*.

1 – Foto de António Sardinha



Por outro lado, as pessoas congregavam-se no mundo hispânico em municípios, sendo a família o núcleo social primário. O município forma uma das peças nucleares desta nova disposição social, política e económica, conjuntamente com a família, o grémio ou a corporação, que o antecedem, e a província, que se encontra imediatamente a seguir e antes da verdadeira unidade irreduzível: a Nação.

Serve, então, de mote para encetar uma crítica às doutrinas do século XIX que levaram à dissolução dos vínculos sociais e à conseqüente anarquia em que o estado se depara, sendo o município o agrupamento natural que mais sofreu com esse “progresso”. Como não podia deixar de ser, vai Sardinha tentar perceber “o que seja de facto o Município”, para esse efeito socorre-se das definições de Savigny, Tocqueville, Ahrens (que aparece erradamente grafado como Arhens), H. de Tausey, Sismondi, Royer-Collard, Castadot, Rowe, municipalista americano, Laveleye, Cánovas del Castillo, Maura e, mais à frente, do Visconde de Almeida Garrett. Toda esta armação teórica

permite-lhe concluir que o município é a criação espontânea ou natural de circunstâncias históricas, mesológicas, geográficas e demográficas.

Em seguida, socorrendo-se de Adolfo Posada, catedrático de Direito Municipal Comparado na Universidade de Madrid, põe o problema do município como o verdadeiro problema do Estado. É aqui que é necessário fazer uma pequena reflexão que nos ajude a esclarecer a verdadeira importância deste texto, pois o município e a sua dilucidação encerram o verdadeiro problema do Estado. Quer isto significar que é o município, então, a verdadeira célula nuclear da nova ordem social, é ele o problema real e absoluto da sua constituição, o seu primeiro tijolo e é sobre ele que toda a organização política, económica e social deve assentar.

Nessa ordem de ideias, o município aparece como o estado elaborador e realizador das energias colectivas, é ele, em conexão com os grêmios ou corporações, que prendem os indivíduos ao património ancestral comum. Esta linha de raciocínio vai levá-lo a distinguir a cidade, entendida como aglomeração de indivíduos, e o município, encarado como a concreção de famílias.

Para terminar toda a sua argumentação faltava apenas demonstrar que este renascimento dos concelhos era incompatível com o espírito republicano, liberal e democrático. Por conseguinte, em momento complementar, vai-se dedicar a essa tarefa com afinco, tentando deixar claro que a revolução, a república e todas as suas posteriores evoluções são os responsáveis pelo estado deplorável das coisas no país e, por extensão, em toda a Europa, preconizando um regresso às fórmulas económicas da Idade Média com o acentuar da organização familiar, gremial e municipal, sendo que só nesta última e não no Estado é que se realiza o verdadeiro ideal democrático.

Génio Peninsular

No entanto, o texto que, ao que sabemos, cronologicamente abre a via do hispanismo e, dessa maneira, o caminho para a união hispano-americana é

“O Génio Peninsular” e, independentemente de se afirmar que a ideia está em germe no texto “O Território e a Raça” (SARDINHA, 1916, p.27) e em “O Nosso Futuro” (MONARQUIA, 1917; SARDINHA, s/d, p. 128), onde de facto ela aparece (SARDINHA DESVIGNES, 2016, p. 78; GOMES, 2015, §§ 9-10), tal asserção não nos parece poder ser sufragada, atendendo ao que se disse sobre *O Valor da Raça* (1915). No mesmo sentido, oiçam-se as palavras de Sardinha no texto “A Descoberta de Espanha”, “quando eu vim para o exílio trazia contra Espanha todos os preconceitos da minha inteligência e da minha sensibilidade”, depois de fazer referência às Conferências da Liga Naval, fala em “reconhecer os seus erros” e, de modo paradoxal, constata que do “convívio atento com a moderna erudição de Espanha o meu nacionalismo só tirou para si raízes mais fundas e mais documentadas” (SARDINHA, 1943d, pp. 3-4). O que não deixa de ser uma evidência é que o conceito apenas se cristaliza quando Sardinha se desloca para Badajoz e, posteriormente, para Madrid (1919-1921), no seguimento do fracasso da Monarquia do Norte e da Revolta de Monsanto (1919).

Como já se constatou, o propósito é a definição do génio peninsular na comemoração de mais um aniversário da chegada de Colombo à América. Sardinha vai, desde logo, entender a Raça não num sentido étnico, mas de “civilização e afinidade moral” (SARDINHA, 1943a, p. 143), sendo que apenas nesse sentido se pode dizer,

2 – Reunião no âmbito da Aliança Peninsular



De pé, ao fundo junto ao quadro e da esquerda para a direita: Luís de Almeida Braga, Vasco de Mendonça, Marquês de Quintanar, Marquês de Figueroa (de monóculo), Álvaro dos Reis Torgal e António Sardinha. As senhoras, da esquerda para a direita: Condessa de Pardo Bazan e Blanca de los Rios Sampérez. Madrid, 1 de Maio de 1920.

com propriedade, que Portugal e o Brasil devem ser inseridos nessa grande assembleia dos povos hispânicos, sendo a procura dessa “afinidade” o tema principal do artigo.

Nessa ordem de ideias, começa por defender que o termo “espanhol” se aplica a todos os habitantes da Península, sendo, por esse motivo, vocábulo de localização geográfica. Nessa linha de conjectura, vai utilizar o *Camões* de Garrett e, em seguida, o próprio poeta que ao designar, pela boca de Baco, os portugueses, lhes chama “gente fortíssima de Espanha”, chegando à inferência de que a unidade da Hispânia “se compreendia como uma espécie de super-nacionalismo” (SARDINHA, 1943a, p. 145), *Camões* continua a ser a sua via de demonstração.

Do mesmo modo, no séc. XIV, ainda com o mesmo guia, salienta que não são espanhóis contra portugueses, mas sim castelhanos. Acrescenta, ainda, seguindo o fio de Ariadne, que as batalhas entre portugueses e castelhanos são quase lutas fraternas e que o casamento do Rei português e

castelhano com Rainhas inglesas, Filipa e Catarina de Lencastre (*Lancaster*) foi um plano de paz (SARDINHA, 1943a, p. 148). Não despegando do seu alvo, vai tentar demonstrar que no Séc. XVI foi quando foram mais estreitas as relações entre Portugal e Castela, esse período é o que compreende os reinados de João II, Manuel I, João III e Sebastião I e do outro lado, Fernando e Isabel, Carlos V (I) e Filipe II. Pois, de facto, daí o último se ter tornado Rei de toda a Hispânia.

É, então, o espírito de Cruzada original, que depois se estendeu à “ameaça crescente do Turco” e à “heresia protestante” (SARDINHA, 1943a, p. 151), a disposição apostólica que se revelaria na missionação e nas navegações e a conjugação do Hispanismo e do Catolicismo, ou seja, a dilatação da Fé e do Império. É, precisamente, nelas que se enformam as premissas maiores da superioridade ibérica no mundo, consubstanciada no facto dos povos hispânicos fundarem “nacionalidades”, enquanto “os outros povos, que enfática e empavonadamente se intitulam de «colonizadores» [não irem] além de «colónias» e, quando muito de «Estados», cujos fundamentos assentaram no extermínio sistemático das populações indígenas” (SARDINHA, 1943b, p. 198). Veja-se, do mesmo modo, a seguinte assertiva de Sardinha: “sinónimo, portanto, de Latinidade e, conseqüentemente, função histórica e social do Catolicismo, o «génio peninsular» é a fonte legítima do único imperialismo pacificamente civilizador, porque é um *imperialismo anímico* – *uma soberania espiritual*” (SARDINHA, 1943a, p. 169).

Nascia, deste modo, a imagem de “colonização branda ou amena” protagonizada pelos povos hispânicos e que teria no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre um espaço amplo de afirmação. Este mesmo facto é corroborado por G. M. Gomes, que assevera “que é difícil não ver na interpretação de Sardinha do colonialismo luso-espanhol na América do Sul uma curiosa prefiguração das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Teses essas que, como é sabido, foram particularmente úteis a Salazar”, nomeadamente, na tentativa de branqueamento colonial pelos anos 50 do séc. passado (GOMES, 2015, § 39; GOMES, 2016).

Essa suposta unidade peninsular resiste ainda ao raciocínio paradoxal de Sardinha, ou contraditório vendo bem, que a “unidade do génio peninsular, na sua projeção histórico-social, foi garantida pela separação política de Castela e Portugal, providencialmente assegurada em Aljubarrota e nos campos de Toro” (SARDINHA, 1943a, p. 154).

Nesta sucessão, importava demonstrar que o período filipino, associado em Portugal a uma certa “lenda negra”, foi uma época de prosperidade e felicidade para os povos ibéricos. Desde logo, Filipe II que institui uma monarquia dual, “como o era em nossos dias a Áustria e a Hungria” (SARDINHA, 1943a, p. 158), para isso vai evocar Teófilo Braga, que ele considera “insuspeito”, que na *História do Direito Português*, tece as seguintes meditações: “nas cortes de Tomar de 1581, o rei de Espanha, tomando posse deste reino, jurava guardar os foros, costumes e isenções da nação portuguesa; que o seu governo, administração e economia andaria em separado do resto da Espanha” (SARDINHA, 1943a, p. 159). Seguidamente, que o “mais enternecido lusitanismo” é uma das características da literatura do país vizinho durante esse período, vendo tal facto como uma influência portuguesa na psicologia castelhana. Por último, só a política centralista do Conde-Duque Olivares (1621-1643), ao tentar reduzir-nos a simples província, provocou a sedição de 1640. Os argumentos em favor dessas teses encontram-se expostos nas linhas seguintes e, por uma questão de economia não atenderemos a eles.

Não é pura coincidência que o texto termine com a alusão à Madre-Hispânia e à sua função civilizadora, capaz de obviar os desvarios romântico-liberais, protestantes e outros que vão por si, sendo que a consubstanciação do conceito é despertado pelo impulso que nos encaminhou para a América. Por todos os motivos, não é de estranhar que, citando um jovem publicista argentino, J. Francisco V. Silva, se termine com uma afirmação em tudo semelhante à que ouvimos na boca de Quadrena, ou seja, que o espírito se amplia “cuando mira que desde los Pirineos a Magallanes y Magallanes al Rio Grande se acotaen el mundo y com el Gran Oceano como

mare nostrum, todo el contenido territorial de la civilización hispánica”, dizendo o monfortense à puridade, “esta é a definição perfeita do «hispanismo»” (SARDINHA, 1943a, p. 170)².

Madre-Hispânia e a “Ordem Nova”

Se o “Génio Peninsular” foi um dos primeiros grandes textos a preocupar-se com a afinidade íntima do mundo hispânico, “Madre Hispânia” terá sido o derradeiro, tendo pelo meio *A Aliança Peninsular*, obra substancial de que não nos ocuparemos pela sua complexidade intrínseca³. De facto, uma nota no final do texto esclarece-nos que a morte o surpreendeu sem que pudesse rever as provas, mais acrescenta que o final, recolhido através das notas dos jornalistas, punha o acento na guerra de Marrocos, para ele decisiva, pois estava convencido que a Península dominava Marrocos⁴ ou seria dominada por ele, crença que apenas tinha que ter um objetivo instrumental⁵. De qualquer forma, o texto inicia com um largo elogio da terra estremenha e dos seus navegadores e conquistadores: Pizarro, Cortés, Vasco Nuñez de Balboa, os Alvarados, relembra, ainda, os fidalgos de Elvas (Pegados e

² Tenha-se em atenção que Sardinha ainda vai acrescentar que “de novo a existência da Península se torna o centro duma diretriz mundial. No estremecimento de catástrofe em que a Europa se perde, arrastada para o abismo por chefes incapazes, é para a Península, com Maurras e Barrés por condutores, que se voltam as esperanças desfalecidas da Latidade” (SARDINHA, 1943a, p. 170). O que parece dar razão a G. M. Gomes quando conclui que a ideia de união hispano-americana tinha também como objetivo exorcizar os fantasmas da França como líder do mundo latino (GOMES, 2015, § 51), embora o uso de dois pensadores franceses seja um bocadinho paradoxal. Por último, a citação de J. Francisco V. Silva também aparece em “A descoberta de Espanha” (SARDINHA, 1943d, p. 10).

³ Nessa obra pretende-se demonstrar, tal como Sardinha propõe em “Portugal, Tierra Gensor” partindo de texto de Ramiro de Maetzu, que “o Lirismo gerando o Sebastianismo com filosofia da alma portuguesa, encontra como filosofia da alma castelhana, ao outro lado da fronteira, o Quixotismo, nascido do alto sentido patético da existência, que é o segredo em Castela das suas catedrais, dos seus pintores e dos seus heróis.” (SARDINHA, 1943i, p. 117). Sobre a obra e o hispanismo de António Sardinha pode ver-se (GOMES, 2015, RELVAS, 2016 e SARDINHA DESVIGNES, 2016).

⁴ Guerra do Rif, que vai durar de 1921, derrota espanhola em Annual, até 1927, o protetorado espanhol terá o seu fim em 1956.

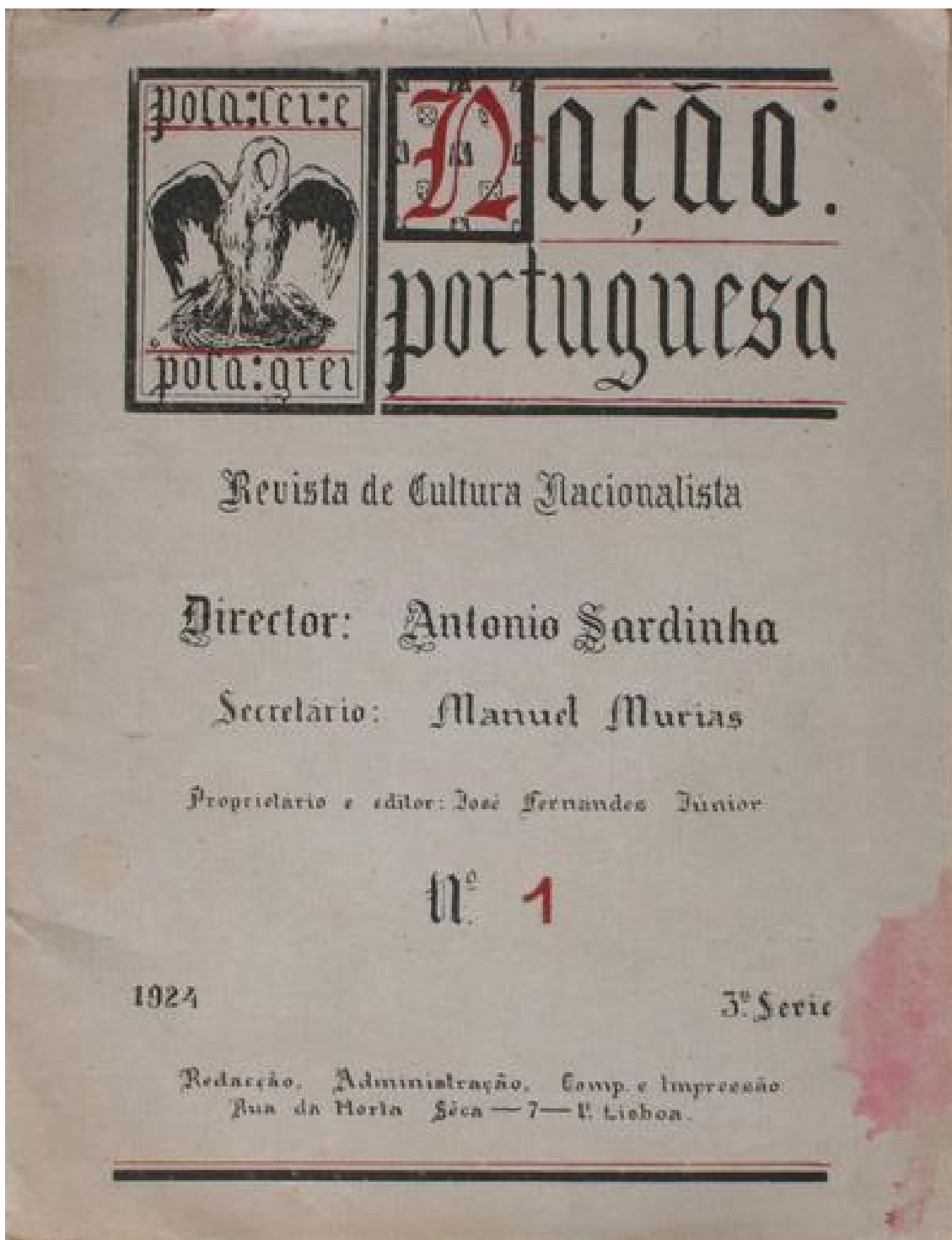
⁵ Sobre a questão marroquina ver “Paixão de Espanha” (SARDINHA, 1943j, pp. 83-88), aí podemos constatar o seu alvitre, citando Moniz Barreto, que “a questão marroquina prende-se de tal modo com a questão da integridade nacional espanhola, que não é mais que um dos aspetos desta” (Vd.SARDINHA, 1943j,p. 84).

Vasconcelos) que acompanharam Hernando de Sotro na aventura da Florida. Depois de reafirmar algumas das teses já ilustradas no texto anterior, salienta o dualismo castelhano e português, fala de uma personalidade própria portuguesa, do caráter heróico da poesia espanhola e do caráter lírico da poesia portuguesa, que para ele se consubstancia no *Amadis* ou na *Diana* de Jorge de Montemor, dos castelhanos como os cruzados da Terra e dos nacionais como os cruzados dos mares e que é a perda do super-nacionalismo hispânico a causa da sua decadência.

Entra, então, na distinção indivíduo e pessoa, que não retomaremos, para extrair a conclusão de que civilização remete, necessariamente, para um fundo espiritual, nas suas próprias palavras: “contra a civilização reina a técnica, promovendo a alucinação da velocidade e asfixiando pela vitória torpe da máquina o princípio de autonomia interior” (SARDINHA, 1943b, p. 201). Esta dicotomia ou dualismo vai levá-lo ao encómio dos jesuítas, do Santo Ofício, da colonização portuguesa na Indonésia e da espanhola nas Filipinas, onde regista o testemunho do general Aguinaldo que lhe serve, por outro lado, para fazer a reabilitação do passado colonizador hispânico, o que vai levar a assegurar-nos que nesse capítulo “fomos apóstolos – a fé nos conduziu” (SARDINHA, 1943b, p. 221).

E, antes de entrar na explicitação da “Ordem Nova”, que vai ver como reflexo puro do hispanismo, oferece-nos a seguinte asserção, que não vai explicar e nós dificilmente o poderemos fazer, que “escusado seria insistir nos motivos que tão explicitamente consorciavam a teologia do Ser com o génio peninsular ou hispânico” (SARDINHA, 1943b, p. 232). Proposição que apenas se poderá entender no quadro de paganismo com que são encaradas as “Éticas do Norte” e todos por aí fora.

3 - *A Nação Portuguesa*, 3ª série, nº 1, o último número dirigido por António Sardinha antes do seu falecimento.



No que concerne à Ordem Nova, segundo Sardinha, é onde os ibéricos acoplam a sua doutrina da vida, a sua teoria do Homem, encarado como Pessoa e não como Indivíduo. Insiste Sardinha, “à «Ordem Nova» trazem os

hispanos, conseqüentemente, o seu aferro ao elemento absoluto da existência e, portanto, à teologia do Ser, à supremacia criadora do Espírito” (SARDINHA, 1943b, p. 233). É, nesse sentido, que vai encarar a guerra de Marrocos, onde o espírito guerreiro dos hispanos se bate pela civilização, consubstanciada nas seguintes palavras lapidares: “batizar e trazer para o caminho difícil da maioria a pátria latente que se encontra no Rif – eis a missão da Espanha em Marrocos” (SARDINHA, 1943b, p. 235). Aqui, uma vez mais, o colonizador é encarado como um tutor, um Pai benevolente (a sua imagem do Rei tem muito disto) que, munido de infinita paciência, vem civilizar os povos “bárbaros”.

Ora bem, em primeiro lugar, parte-se do ponto de vista positivo ou de reconstrução, é necessário ter em conta a missão de “Reaportuguesar Portugal”, na expressão de Afonso Lopes Vieira. Embora não se encontre devidamente explicitada a tarefa de “reaportuguesamento”, esta deveria pressupor várias etapas que, sem preocupações metodológicas, consistiriam nas que se seguem: defesa de um nacionalismo tradicionalista; apologia da monarquia social; combate contra o individualismo económico e a plutocracia contemporânea; criação de uma Ordem Nova. Parece-nos que, neste momento, o mais indicado é a concretização de cada uma destas condicionantes.

No que se refere ao primeiro item, temos que ter em conta que este nacionalismo tradicionalista tem que assentar na assunção das razões fundamentais da pátria, com todas as leis aduzidas da raça e do meio, tendo como ideal a criação de um projecto superior de civilização cristã, isto é, católica. Neste nacionalismo tradicionalista terão que estar sempre pressupostos as raízes lusas com os seus concomitantes usos e costumes.

A segunda etapa desta linha doutrinal passa pela constituição daquilo a que os Integralistas denominam Monarquia Social. Este tipo de monarquia subentende um regresso ao passado e à tradição anterior aos regimes monárquicos absolutistas (João I e a Casa dos Vinte e Quatro são muitas vezes a bandeira arvorada por Sardinha), na qual se dá a congregação dos

interesses e das profissões como superior garantia da liberdade dos povos. Porém, esta liberdade não é aquela que o individualismo liberal quis oferecer aos povos, porque este tipo de liberdade, confessam os amantes da monarquia integral, é geradora do liberalismo económico que, por seu turno, engendra a plutocracia contemporânea, uma das razões da decadência da sociedade europeia, se não a principal, mas uma liberdade orgânica émula da autoridade, da competência e da hierarquia. Toda esta linha argumentativa aponta à ideia da necessidade imperiosa de constituição duma nova ordem política, social e económica, ordem essa que se estruture como o baluarte da resistência contra o individualismo económico liberal e afronte a mentira plutocrática e revolucionária.

Para a consolidação duma Ordem Nova é tarefa prioritária a crítica aquela a que muitos pressupõem ser uma nova ordem, isto é, o novo regime político, social e económico estabelecido na Rússia desde 1917. Para esse efeito vai, António Sardinha, servir-se de dois textos de autores próximos do regime comunista soviético, a saber, o texto de Fernando de los Ríos, *Mi viaje a la Rusia soviética* de 1921 e o *Memorando* de Lev Davidovich Bronstein, mais conhecido nos palcos políticos pelo pseudónimo de Trotsky, apresentado ao IX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, reunião que decorreu entre 29 de Março e 1 de Abril de 1920.

Munido destas duas ferramentas aproxima-se, então, da conclusão de que no estado leninista, ou “ditadura leninista” como lhe prefere chamar, se deu “o eclipse dos direitos do homem”, isto porque o ser humano é encarado como simples produtor, isto é, como “*homo economicus*”. E, mais adiante, remata que este estado de coisas é função do facto do estado comunista bolchevista ser, também ele, uma “excrecência” do individualismo próprio da democracia liberal e da filosofia das luzes. Nessa ordem de ideias, vem à luz que o regime dos soviets não é uma nova ordem, mas sim o desenvolvimento da velha ordem liberal num sentido muito específico.

Partindo da ideia, agora consolidada, de que todas as organizações sociais ocidentais são filhas do regime liberal, vai, o mestre integralista,

esquematar a sua nova concepção de organização estadual. Esta tem como pedra basilar não o indivíduo, o ser isolado, mas a família, por sua vez, do ponto de vista profissional, os indivíduos inserem-se em grêmios ou corporações que são as células básicas dos municípios e a reunião destes, no mesmo sentido, formam as províncias que, como não poderia deixar de ser, da sua conglomeração dão origem à Pátria ou à Nação, unidade irreduzível a que tudo se encontra sujeito, inclusive, como veremos, o Estado e o seu primeiro magistrado, ou seja, o Rei, fazendo jus à sua divisa do pelicano: *pola lei e pola grei*: Este é o “grande caminho da Tradição”, diz à pureza António de Sousa Sardinha.

Ainda na perspectiva do teórico integralista, este novo sistema social vai encontrando o seu terreno de difusão através da Europa e cita os casos de França, através de Maurras, Suíça, Espanha, Portugal, por meio do seu Integralismo, e Itália, pela mão de Mussolini, tudo isto não é mais do que a rampa de lançamento da luta contra a plutocracia ocidental. Termina toda esta congeminação com a afirmação de que Portugal terá o destino glorioso de ser o inaugurador dessa Ordem Nova, “para prestígio da Cristandade e aumento da civilização, na sua missão renovada de «povo conquistador e descobridor»”.

Para terminar a análise desta peça doutrinal acerca da tentativa de esboçar a construção duma “ordem nova” do ponto de vista político, social e económico que, bem vistas as coisas, apenas constitui um regresso ao passado e à tradição lusa, ou a entendida pelos integralistas como tal, isto é, um passado idealizado que seria visto como a “época de ouro” da nação, não podemos deixar de fazer referência à visão profética messiânica que enforma a parte final do artigo. Este messianismo vai tornar-se um dos traços distintivos, fundamentalmente através da pena de Sardinha, da doutrina do Integralismo Lusitano. Num momento posterior, lançando raízes numa visão hispânica que desemboca num movimento de carácter holístico: a união hispano-americana, que não é mais do que o protótipo da congregação de todas os países de língua portuguesa e castelhana pelos quatro cantos do mundo.

Toda essa lucubração termina com a imagem, evocando Oliveira Martins, de que a Península Ibérica se constituiria como salvadora da Europa, pois só eles teriam o ascendente suficiente para poder provocar uma reviravolta na inteligência e no sentimento, que, na sua perspectiva, teriam caído na “animalidade”. Condensa todo esse pensamento em três dualismos: Espírito contra Matéria, Ordem contra o Caos e Civilização contra Barbárie (Vd. SARDINHA, 1943b, p. 245).

1640

No entanto, é em “1640” (SARDINHA, 1943c, pp. 249-282; SARDINHA, 1922b, pp. 241-251) que encontramos, com muito mais vigor, a visão messiânica corporizada na “crença nacional na vinda do Desejado” e, na ideia complementar, do Brasil “como a grande razão ultramarina de Portugal”. Partindo de uma leitura da inscrição pétrea à entrada de Vila Viçosa, erigida por João IV, com referência ao desenlace de Castela (“livra-me com a Espada do nó de Espanha”) e uma referência a Alexandre, conclui com a personificação do “Rei encoberto” (*Regis scepra latentis*) na pessoa do restaurador. Exalta o monfortense: “como monumento público à crença nacional na vinda do Desejado, não conheço outro mais expressivo” (SARDINHA, 1943c, p. 250). Segundo Sardinha, era o próprio Regime a consumir a legitimidade do Sebastianismo, visto que, como acabamos de ver, o Bragança se lia como o descendente do Encoberto (*scepra Regis latentis*).

Nessa ordem de ideias, o resgate de João IV era tarefa a assegurar, com ela vinha um encómio largo do nosso Século XVII, “os nossos avós de 600”, com o Pe. António Vieira à cabeça, elaborado de tal forma que sentimos a mesma sensação que Eça de Queiroz terá experimentado acerca da visão da história de Pinheiro Chagas, a qual não nos coibimos de citar, visto que dificilmente o poderíamos dizer melhor:

outro qualquer ter-se-ia contentado em folhear um livro de história, para colher, aqui e além, datas ou nomes de batalhas. Você, não. Você encerrou-se dentro da História, como Carlos Magno, revolvendo o pó dos antepassados, procurando penetrar-se da

nobre fé que os fez grandiosos, dormindo com as façanhas do Condestável Nun'Álvares debaixo do travesseiro, para surpreender e poder imitar as palpitações daquele puro coração de herói. In-fólios, códices, manuscritos, memórias, forais, crônicas – tudo você absorveu. Mil vezes você passou e repassou, como diz Michelet, o *sombrio rio dos Mortos*. Dia a dia, reviveu todo o passado épico. E enfim uma hora chegou em que você decerto se considerou digno de ter recebido em Sagres, nalguma véspera de partida de caravelas, as confidências sublimes do infante D. Henrique (QUEIROZ, s/d, p. 1397)

Além do mais, nos dez anos de trégua (1646-1656), recuperou-se o território perdido do Brasil e grande parte dos territórios africanos. É com João IV que o Brasil se torna protagonista e é “encarado como a grande razão ultramarina de Portugal”, aí, do mesmo modo, se desenha “pela primeira vez a visão do Atlântico como uma espécie de *mare nostrum*” (SARDINHA, 1943c, p. 256). Por esse motivo, o reinado de João IV comprova quanto a fé no sebastianismo, vai aliar, “por uma filosofia experimental de alta transcendência [há-de saber Deus o que isto significa], o Sonho à Ação” e vai fundar “a nossa estrutura católica, o fundamento mais sólido da Grey” e afastando qualquer sefardismo presente no mito, diga-se que Sardinha tem consciência da função social dos mitos (SARDINHA, 1943c, p. 279), remata, “nada de hebraico existe no Sebastianismo, senão o sentimento bíblico que naturalmente o inspira e que é de boa derivação cristã” (SARDINHA, 1943c, pp. 277-278).

Porém, depois de não traçar uma genealogia do Rebuçado que ele considera “emaranhada” e que, no nosso palpite, não sairia longe da do *Homo Atlanticus* que congemina em *O Valor da Raça*, confessa que a separação de Castela não deve representar causa de aversão, inimizade ou vingança contra Espanha, com quem temos a citada “afinidade espiritual”, pois “o Encoberto, corporizado no milagre sempre vivo de Restauração, é o Encoberto do Quinto-Império pacífico de Espanha e Portugal, fundadores de nacionalidades, pioneiros da única civilização possível” (SARDINHA, 1943c, p. 282). Chamo a atenção para o conceito de única civilização possível, pois ele remete para a barbárie de todas as outras culturas, parafraseando Wittgenstein, do que não há palavras, devemos deixar instalar o silêncio (WITTGENSTEIN, 1995, p. 142).

Considerações finais

Que considerações poderemos fazer no final desta pequena inquirição. A primeira e mais significativa prende-se com o facto de a defesa do hispanismo por Sardinha apenas aparecer numa fase mais tardia da sua existência. De facto, como se deixou nota, até 1919, pelo menos, o interesse do líder integralista foi quase nulo, parece-nos que o hispanismo estava longe quando defendia que não havia qualquer parentesco com os outros povos peninsulares (“exceto o enigma basco”). O que provocou esta mudança? Na nossa opinião, o mestre tradicionalista acreditava que o império português poderia renascer das cinzas. Juntando os territórios de África, os mais significativos, aos fragmentos da Ásia e tendo o Brasil como guia, Brasil que sempre foi decisivo, lembre-se aqui “as suas justas ambições de poderio e desenvolvimento”, para a missão de “reaportuguesar Portugal”.

Porém, pensamos que a ida para Badajoz, e foi sempre Badajoz o sítio onde ele almejou fixar residência por terras de Espanha (SARDINHA DESVIGNES, 2006, pp. 219-220), ter-lhe-á dado a consciência de que só uma “Aliança Peninsular” poderia fazer frente ao poderio anglo-americano e aos povos do Norte. Daí “a lareira de Castela” lhe ter aquecido os sonhos do pan-hispanismo ou do Bloco Hispano-Americano (tenhamos em conta que Miguel Primo de Rivera governou em ditadura entre 1923 (setembro) e 1930 (janeiro), facto que, certamente, impulsionou o entusiasmo dos integralistas). Aliás, a mesma opinião é defendida por Susana Relvas, para quem “o exílio irá, a curto prazo, redefinir o seu pensamento nacionalista e, por natural extensão,

conciliando lusitanismo e hispanismo, em defesa de uma memória cultural comum” (RELVAS, 2016, p. 260). Por outro lado, para Sardinha Desvignes, depois do integralismo ter posto para segundo plano a sua monarquia orgânica e se ter centrado na contrarrevolução (“Ordem Nova”), tal como é visível nos anos de 1922 a 1925 através das páginas da *Nação Portuguesa*, teria elegido o hispanismo como campo ideal para semear a sua doutrina (SARDINHA DESVIGNES, 2016, p. 81).

Não queríamos finalizar sem chamar a atenção para a parábola de Agatão Tinoco, que personifica a amizade hispano-americana, Sardinha vai resgatá-la ao *Idearium español* de Ángel Ganivet. A ação desenrola-se em Antuérpia, onde o andaluz era Cônsul, chamado ao hospital por razões humanitárias, encontra Agatão Tinoco que lhe diz: “eu não sou espanhol (...) aqui não me entendem e ao ouvirem-me falar espanhol convenceram-se de que a v. é que eu pretendo falar” (SARDINHA, 1943k, pp. 26-27). Confessa-lhe, então, que nascera na Nicarágua, trabalhara na abertura do canal do Panamá e emigrara para o Congo Belga, na altura, e descendia de portugueses. Logo o natural da cidade de Granada, aquela que foi a última das capitais do reino muçulmano na Península, na Andaluzia (Espanha) se sentou e lhe retorquiu, “pois nesse caso é o meu amigo espanhol umas poucas de vezes. Vou sentar-me aqui um bocado, e fumaremos um cigarro como bons companheiros. E entretanto, fará favor de me ir dizendo em que é que o posso servir” (SARDINHA 1943k, p. 27).

Fontes das Imagens

1 -

https://www.google.com/search?q=Ant%C3%B3nio+Sardinha+imagens&rlz=1C1GCEU_pt-PTPT1030PT1030&oq=Ant%C3%B3nio+sardinha+imagens&aqs=chrome.0.69i5912j0i546j0i30i546j0i546j0i30i546.11040j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#imgrc=3BrsCvQG_3k6bM

2 -

https://www.google.com/search?q=A+alian%C3%A7a+peninsular+imagens&rlz=1C1GCEU_pt-PTPT1030PT1030&oq=A+alian%C3%A7a+peninsular+imagens&aqs=chrome..69i57j33i16012.9136j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#imgrc=dSS67Dpttn1C2M

3-

https://www.google.com/search?q=Na%C3%A7%C3%A3o+Portuguesa+revista+imagens&rlz=1C1GCEU_pt-PTPT1030PT1030&oq=Na%C3%A7%C3%A3o+Portuguesa+revista+imagens&aqs=chrome..69i57j33i16014.9840j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#imgrc=gCYo8BS_vusDgM

Obras de António Sardinha

- “O Génio Peninsular”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 2ª Série, nº 4, 1922a, pp. 150-158.
- “O Génio Peninsular”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943a, pp. 141-170.
- “Madre-Hispânia”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 3ª série, nº 2, 1925, pp. 97-122.
- “Madre-Hispânia”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943b, pp. 181-245.
- “1640”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 2ª série, nº 5, pp. 230-240 e nº 6, 1922b, pp. 241-251.
- “1640”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943c, pp. 249-282.
- “Teoria do Município. Exposição do problema”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 2ª série, nº 7, 1922c.
- *O Valor da Raça*. Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa, 1915.
- “O Território e a Raça”. *A Questão Ibérica*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916, pp. 13-76.
- *Durante a Fogueira: Páginas de Guerra*. Lisboa: Livraria Universal de Armando J. Tavares, s/d.

- “A Descoberta de Espanha”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943d, pp. 3-13.
- “O Pan-Hispanismo”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943e, pp. 173-178.
- “Portugueses e Espanhóis”. *À Lareira de Castela*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943f, pp. 105-111.
- “A Festa da Raça”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943g, pp. 75-80.
- “Hispanismo e Latinidade”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943h, pp. 91-102.
- “Portugal, Tierra Gensor”. *À Lareira de Castela*, 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943i, pp. 115-121.
- “Paixão de Espanha”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943j, pp. 83-88.
- “A Crise do Estado”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 3ª série, nº 1, 1924.
- “O Sul contra o Norte I e II”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 2ª série, nº 2-nº 3, 1922d, pp. 73-81-pp. 125-133.
- “A agonia de Agatão Tinoco”. *À Lareira de Castela*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Restauração, 1943k, pp. 25-33.

Bibliografia

ARAÚJO, Domingos de Gusmão. “Hora do Quadrante”. *Nação Portuguesa*. 2ª série, nº 2, 1922, pp. 49-51.

BERETTA, Antonio Ballesteros. “La Fiesta de la Raza”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 2ª série, nº 4, 1922, pp. 147-149.

CASTELO BRANCO, Camilo. Discurso Proemial da “Maria da Fonte”. *Obras Completas*. Vol. XVI, Porto: Lello & Irmão, 1993a.

-----*Princípios para uma consequência*. “Delitos de Mocidade”. *Obras Completas*. Vol. XV, Porto: Lello & Irmão, 1993b.

CORDEIRO, José Manuel. “Da constante rectificação mental: III Série da Nação Portuguesa (1924-1926)”. *Promontoria: Revista do Departamento de*

História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve. Faro: nº 9, 2011, pp. 219-234.

CORREIA, Félix. “Ante a Catástrofe. Na derrocada inevitável desta sociedade, ficarão de pé os sindicatos. Os alicerces da Cidade-Nova”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: nº 6, 1922, pp. 278-281.

DURÃO, Paulo. “Indivíduo e Pessoa, Pseudo-solução de um problema real”. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Braga: T. 25, Fasc. 3/4, jul-dez 1969, pp. 344-349.

GOMES, George Manuel. “A construção do «hispanismo» na obra política de António Sardinha (1915-1925)”. *Ler História*. 68, 2015.

Journals.openedition.org/lerhistoria/1699#ftn2 (consultado em 24/7/2022)
----- “António Sardinha, precursor do lusotropicalismo”. *Faces de Clio*: Revista discente da Pós-Graduação em História-UFJF. V. 2, nº 4, 2016.

KRAUSE, Karl C. F. *Ideal de la Humanidad para la vida*. Barcelona: EdicionesOrbis, 1985.

NAÇÃO PORTUGUESA, Lisboa: 2ª série, nº 11, 1923 (Dedicado à “gloriosa Nação Brasileira”).

OLIVEIRA, A. Paulo Dias. “Da Filosofia Política à Cultura Nacionalista. A segunda série da Nação Portuguesa (1922-1923)”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: II série, Vol. 26, 2009, pp. 155-171.

-----“Leão Ramos Ascensão e o Integralismo Lusitano”. *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa: II Série, Vol. 29, 2012, pp. 236-262.

-----“A Tradição como Redenção no Pensamento de António Sardinha (1914-1916)”. (no prelo).

OLIVEIRA, César A. de. “*Novus nascitur ordo*”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: nº 3, 1922, pp. 120-124.

QUEIROZ, Eça de. *Brasil e Portugal*. “Notas Contemporâneas”. *Obras de Eça de Queiroz*. Vol. II, Porto; Lello & Irmão, s/d.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Ulmeiro, 1987.

RELVAS, Susana Rocha. “Receção do pensamento de António Sardinha nas Revistas Brasileiras: *A Ordem, América Brasileira e Diário de Pernambuco*”. in Eliane Brites Rosa e Maria Emília Prado (Org.), *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro, Rede Sirius, Porto: 2017, pp. 1-24.

----- “O Pan-hispanismo de António Sardinha: génese, receção e influência da sua obra”. *Iberian Interconnections ACIS Conference Proceedings*. Susana Rocha Relvas; Maria Gómez Bedoya; Rikki Morgan-Tamosunas (Eds.), Porto: Universidade Católica Editora, 2016, pp. 256-269.

ROLÃO PRETO, Francisco. “Crónica Social”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 2ª série, nº 1, nº 4 e nº 6, 1922, pp. 33-36, pp. 171-173, pp. 273-276.

SARDINHA DESVIGNES, Ana Isabel. *António Sardinha (1887-1925): Um intelectual no século*. Lisboa: ICS, 2006.

-----“Hispanismo e relações luso-brasileiras: a última cruzada contrarrevolucionária de António Sardinha”. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: V. 42, nº 1, jan-abr 2016, pp. 75-104.

SUASSUNA, Ariano. *Romance da Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 2005.

VIEIRA, Afonso Lopes. “Palavras em louvor da Festa da Raça”. *Nação Portuguesa*. Lisboa: 2ª Série, nº 4, 1922, pp.145-146.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações Filosóficas*. Tradução e Prefácio de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

